

PRESENÇA

REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Mai.-Nº22, Vol. V, 2001.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA — UNIR
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MODOS DE VIDAS E CULTURAS AMAZÔNICAS-GEPCULTURA
LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA HUMANA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

PRESENÇA

Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente
Vol. V - n° 22 - maio — 2001 — Porto Velho/RO
PROVADO PELO CONSEPE/UFRO RESOLUÇÃO N°0122/1994

Editor:
JOSUÉ COSTA

Fotos:
Josué da Costa

Leiaute e Diagramação:
Eliaquim T. da Cunha
Sheila Castro dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

Arneide Bandeira Cemin – antropóloga/UNIR
Carlos Santos – geógrafo/UNIR
Clodomir Santos de Moraes - sociólogo/UNIR
Liana Sálvia Trindade – antropóloga/USP
Maria das Graças Silva Nascimento Silva – geógrafa/UNIR
Miguel Nenevé – letras/UNIR
Nídia Nacib Pontuschka – geógrafa/USP

revistapresenca@unir.br

PRESENÇA. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Porto Velho, fundação Universidade Federal de Rondônia.

Trimestral

1. **Educação-Periódica**
2. **Meio Ambiente — Periódico**

CDU 37(05)

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	04
BAIRRO DE SÃO SEBASTIÃO.....	05
ADRIANO LOPES SARAIVA	
JOSUÉ DA COSTA SILVA	
A REALIDADE RIBEIRINHA DE PORTO VELHO E SUA RELAÇÃO COM O CICLO DO CARBONO.....	15
JOSUÉ DA COSTA SILVA	
MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO SILVA	
COMPREENDENDO A LÓGICA DO TRABALHO EM POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS.....	18
NARA ELIANA MILLER SERRA	
UMA NOVA PROPOSTA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTO VELHO.....	28
SOELI DE F. CABRAL AMARAL	
O SERINGUEIRO E O PEQUENO AGRICULTOR DE RONDÔNIA: AS ESPECIFICIDADES DAS REPRESENTAÇÕES E DO OLHAR SOBRE A NATUREZA.....	36
JOSÉ EVANDRO BASTOS OLIVEIRA	

EDITORIAL

A revista Presença vem marcar mais uma publicação colocando como centro da discussão teórica aspectos voltados a comunicação, imaginário e significação para o homem em suas relações sociais. Neste sentido, as matérias aqui apresentadas vislumbram contribuir de forma significativa para a discussão sobre a pesquisa que utiliza a oralidade como referência em formar interpretações da realidade que têm, no entrevistado uma visão prioritária para essa aproximação, bem como a construção mítica e cultural que os rituais que trazem símbolos e códigos textuais que dizem muito mais do que o ato de realização cultural em si.

Em uma dinâmica que é peculiar ao caráter e existência dessa revista, propomos uma expansão da leitura do meio ambiente, sob o ponto de vista ético. Pensamos todas as discussões articuladas com o conhecimento da realidade amazônica (compromisso irrefutável, imbricado com o próprio existir da revista), publicando fatos acerca da construção histórica deste lugar, enquanto entidade federativa assim como espaço urbano. Ambos sob a égide da dependência política. Por certo não poderíamos deixar de contribuir com a discussão sobre o ensino superior refletindo sobre a seleção do conhecimento que lhe vem sendo inquirida através das reformas curriculares. Essas reflexões, neste número, enriquecerão e certamente contribuirão para o debate por todos aqueles que são interessados pelo tema. Isto nos estimula a confiar que no próximo número a disputa por um espaço nesta revista continuará acirrada.

A (RE)ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NA VILA DE NAZARÉ: A CRIAÇÃO DO BAIRRO DE SÃO SEBASTIÃO

Adriano Lopes Saraiva²

Josué da Costa Silva³

RESUMO: As modificações que podem ser observadas no espaço decorrem de diversos fatores. Dentro de um espaço diferenciado como a área ribeirinha de Porto Velho, vários deles podem ser citados como: a queda de barrancos, a saída para a terra-firme durante o período das cheias, a entrada nas matas, entre outros. Todavia existe um que é mais específico, que está intimamente ligado á cultura do homem ribeirinho, que é o Festejo Religioso. O presente texto aborda a modificação do espaço da Vila de Nazaré por causa da realização de um festejo religioso, o processo e as mudanças dentro da comunidade por conta da criação de um novo espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Populações tradicionais: Espaço ribeirinho: Religiosidade: Festas religiosas.

ABSTRACT: The modifications that can be observed in the space elapse of several factors. Inside of a space differentiated as the riverine area of Porto Velho, several of them they can be mentioned as: the fall of ravines, the exit for the earth-firm during the period of the floods, the entrance in the forests, among others. Though one that is more specific exists, that is intimately the riverine man's linked á culture, that is the Religious Feast. The present text approaches the modification of the space of Nazareth's Villa inside because of the accomplishment of a religious feast, the process and the changes of the community due to the creation of a new space.

KEYWORD: traditional Populations: I space riverine: Religiosity: Religious parties.

O propósito deste trabalho

Ao começarmos a desenvolver nosso trabalho na comunidade de Nazaré estudando e pesquisando as festas religiosas e sua repercussão no espaço e na vida dos moradores,

¹ Pesquisa realizada dentro do PIBIC/CNPq/UNIR, sendo um dos desdobramentos do Projeto: Simbolismo e Cultura em Populações Tradicionais: o estudo da organização social e as festas religiosas, desenvolvido no período de 2000/2001.

² Graduando do curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Membro do Projeto Beradão. Endereço Eletrônico: adri_geo@bol.com.br

³ Prof. Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Coordenador do Projeto Beradão. Endereço Eletrônico: jcosta@unir.br

estávamos cientes que a realidade ribeirinha é rica em diversidades. Cada comunidade possui sua lógica própria de produzir e organizar seu espaço. Os acontecimentos são únicos e as relações estão em constante oposição. E Nazaré não é diferente das demais, e logo alguns aspectos nos fizeram perceber que nossa pesquisa teria pela frente um universo rico de relações sociais e simbólicas.

O local a princípio não demonstra suas relações. Para conhecê-las, o visitante precisa aguçar sua percepção. O visitante não as percebe, a comunidade transmite uma idéia de normalidade, as atividades corriqueiras do dia-a-dia pontuam a paisagem da vila, como a mulher que vai lavar roupa nas águas do lago, das brincadeiras das crianças, o jogo de futebol no fim do dia, as meninas reunidas em grupo conversando sob as árvores. No entanto, com a frequência de viagens à comunidade e o aumento qualitativo da convivência com os moradores nos possibilitou perceber o jogo de interesses presente na comunidade.

Nosso olhar procurava observar a teia de relações existente na comunidade para que não cometêssemos erros no trato com os moradores, evitando ficar muito tempo com uma mesma pessoa ou ficar mais tempo que o necessário em uma casa, atitude que pode representar aos olhos de alguns moradores um privilégio ou favorecimento de um ou outro morador.

A pesquisa privilegia os dias de festa, um tempo diferente e ligado à fé e as crenças da população local. A realização do festejo é o resultado do intenso trabalho desenvolvido por alguns moradores e o motivo da festa é o pagamento de uma promessa feita a São Sebastião. O Festejo de São Sebastião é comemorado nos dias 19 e 2 de Maio e possui momentos e características que o tornam um acontecimento único. Os moradores da comunidade que trabalham na organização do festejo têm um laço que os une: são da mesma família. E é essa família que detém o poder econômico (compra e venda dos produtos agrícolas) e religioso (o ministrante é o chefe da família). Denis Cosgrove ao estudar o papel do poder na paisagem, nos mostra um exemplo desse tipo de situação:

um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente com o senso comum (1998, p.104-105)

O objetivo do presente artigo é discutir as relações de poder que se revelam durante o período de festa, além de discutir o acontecimento em si (o festejo) e o seu resultado mais evidente no espaço (o Bairro de São Sebastião). Buscando com as observações e discussões enriquecer a temática acerca da produção e organização do espaço.

A Vila de Nazaré como área de estudo

A Vila de Nazaré é uma das 16 comunidades do Distrito de Nazaré, localizada na região do baixo rio Madeira a jusante de Porto Velho e a montante á vila de Calama. situada no Estado de Rondônia. Com uma população de 50 famílias, totalizando aproximadamente 245 habitantes, com uma população composta em sua grande maioria por idosos e por sujeitos do sexo masculino, a população jovem logo que conclui a 4ª série migra da comunidade em busca de oportunidades e trabalho, os pais que possuem mais condições econômicas mandam seus filhos estudar em Porto Velho, situação que não é vista na grande maioria das famílias residentes na vila.

A estrutura da comunidade apresenta uma escola de ensino fundamental (apenas de 1ª. a 4ª. série), pequenos comércios que vendem desde gêneros alimentícios a remédios; bares, posto de saúde e atendimento médico realizado pelo Programa Saúde da Família-PSF que presta atendimento médico uma vez por mês ao moradores da comunidade e das que estão no entorno de Nazaré. Há na comunidade duas igrejas católicas e uma evangélica, a santa padroeira é Nossa Senhora de Nazaré, mas também se comemora São Sebastião, São João e São Pedro.

As casas são construídas em madeira e cobertas de palha, apenas algumas poucas possuem cobertura de amianto. A grande maioria das casas está localizada na rua em frente ao lago e ao rio, o restante logo atrás e o as outras casas estão no novo bairro de São Sebastião. As construções de alvenaria restringem-se ao Posto de Saúde e à nova igreja de São Sebastião, a maioria das casas é construída como palafita, em prevenção ao período de cheia do rio.

A base da economia local está centrada na produção de farinha e na pesca, essa área foi no passado um seringal, que com o declínio da produção do látex foi transformada em Vila. A vida em comunidades como Nazaré é regida pelo “tempo” do homem ribeirinho, diferente do que estamos acostumados a observar dentro do modo de vida urbano Esse tempo está relacionado às cheias e vazantes do rio, as águas que correm mansas, é um tempo de safra, de frutos, de produção, das espécies de peixes. É também o tempo das comemorações. Esse tempo não possui vínculos com o chamado “tempo comercial” ou “tempo das máquinas”, ele é contemplativo.

O espaço socialmente organizado e seus significados

O espaço socialmente organizado da Vila de Nazaré tem muito da cultura do ribeirinho. Entendemos que o ser ribeirinho não implica apenas residir as margens de um rio ou igarapé, as águas passam a fazer parte do seu modo de vida, deixando de ser apenas elementos da paisagem para tomar-se fonte de significados (SILVA, 2000). O mundo mítico vivido pelo ribeirinho e suas

crenças advêm do rio, das matas e da religiosidade. A todo momento podemos observar que existe uma lógica própria no arranjo espacial da comunidade, alguns elementos são levados em conta para a construção de casas e plantio de roçados. O ribeirinho constrói sua casa e planta sua roça nas áreas conhecidas como “terra-firme”, que são espaços onde as águas do rio ou igarapé não invadem no período de cheia.

Esse arranjo espacial adotado pelo ribeirinho também se reflete no seu cotidiano, pois a sucessão de cheias e secas, o ir e vir do rio conduz e molda seu tempo e maneira pela qual organiza seu trabalho e lazer. O mesmo podemos dizer do espaço das comunidades ribeirinhas, que assim como outros elementos constituintes da realidade do homem ribeirinho, também têm suas peculiaridades. Nascimento Silva (2000. p. 94-95) exemplifica a organização espacial de comunidades ribeirinhas, onde observa-se que

O espaço, nas comunidades ribeirinhas, ainda está muito próximo, ou melhor, está intimamente ligado às pessoas, e elas mesmas ainda não perderam completamente o controle desse espaço, onde reconhecem os signos e significados que estão presentes em seu ambiente sem se separem deles inteiramente, sem transformá-lo essencialmente em mercadorias.

Há de se conceitualizar o espaço. É necessário que fique claro o que estamos chamando de espaço, pois Duvignaud (1983, p.37) nos diz que

Nele, o homem dialoga com o homem, percorre os caminhos rituais, respeita os sítios sagrados, delimita o lar para a família e convive com os aspectos surpreendentes destes espaços concomitantemente simbólicos e reais.

O espaço ribeirinho assume características que o diferenciam por exemplo do espaço rural, o que pode ser explicado por intermédio da formação da população, o índio e o nordestino. A vinda de nordestinos para a região amazônica mais precisamente para Rondônia se deu em período de grandes secas no nordeste e por intermédio do extrativismo da seringa para a coleta do látex, além de uma política de ocupação e a tentativa de impulsionar a economia da região através do comércio de produtos locais e da extração da borracha.

Segundo Nascimento Silva (2000, p.48) “o surgimento do ciclo da borracha transformou-se em grande pólo de atração para as populações rurais do Nordeste” A economia dos seringais trouxe novo impulso para a região, novos espaços foram ocupados e as populações indígenas foram sendo dizimadas com o avanço da ocupação pelo não-índio. Com o declínio da produção do látex, sua desvalorização no mercado internacional tornou a região num local de economia estagnada, o que fez com que esse contingente populacional fixasse moradia nos locais onde já

trabalhavam.

Mesmo sendo uma área formada por antigos seringais, os moradores não exercem mais o extrativismo da borracha, pois essa atividade não é mais lucrativa para o ribeirinho. Houve então, a mudança significativa no modo de produção do homem ribeirinho que agora vivia às margens do rio. Agora ele tinha que se fixar à terra e constituir moradia, desenvolver atividades agrícolas e comerciais com outros moradores, bem como desenvolver mecanismos que o mantivessem naquela terra.

Assim, surgem as comunidades e vilas. O espaço da área ribeirinha passa a ser delineado pela ocupação voltada à moradia. Fato muito bem retratado por Nascimento Silva:

Algumas surgiram a partir da simples ocupação por seringueiros na primeira corrente migratória, posteriormente por agricultores e, a partir da década de 50, pelos seringueiros “soldados da borracha”, bastando apenas umas três ou quatro famílias para formar uma localidade, e surgem daí, os nomes que estão muito ligados também à memória, que de alguma forma trazem lembranças e saudades de sua terra natal, e que é reproduzida neste novo espaço... (2000, p.92)

A dinâmica espacial da área ribeirinha agora esta voltada para a moradia e pela utilização do solo para as atividades de lavoura branca e coleta de produtos oriundos da floresta, bem como o desenvolvimento da pesca como uma das atividades econômicas do homem ribeirinho.

O espaço pode ser visto como resultado das visões de mundo do grupo (MORAES, 1996), pode representar o resultado do trabalho ali desenvolvido (CORREA, 1995a). Pode estar cercado de símbolos e crenças (SILVA, 2000), além de ser palco da busca pelo poder (COSGROVE, 1998). Pode representar as crenças do grupo através da diferenciação entre o espaço sagrado e o profano (ROSENDHL, 1999), sendo que o espaço pode ser a ponte entre o homem e a divindade, assim, constitui-se o espaço religioso (CAPALBO, 1999).

Como podemos perceber muitos são os caminhos para a compreensão do espaço. Cada linha de raciocínio credita ao espaço e/ou ao lugar, qualidades que são inerentes ao grupo, dele herdaria características e peculiaridades. Nesse sentido Milton Santos em seu *Espaço & Método* nos ensina que ao estudarmos o espaço devemos levar em consideração quatro categorias do método geográfico⁴:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão.(...) Função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção.

⁴ Ver também Roberto Lobato Corrêia, 1995a., 1995b.

Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (SANTOS 1992, p 50)

Cada uma dessas categorias representa graus de apreensões do espaço, das relações ali existentes, que moldam e produzem o modo de vida seja em um núcleo urbano ou mesmo em uma comunidade ribeirinha. Possibilitando que ao observamos seu cotidiano e seus acontecimentos como, por exemplo, as festas religiosas; que possamos notar a dinâmica própria do espaço, obedecendo ao ritmo do ribeirinho.

O Festejo de São Sebastião

O festejo de São Sebastião é comemorado nos dias 19 e 20 de maio, devido ao fato que no mês de janeiro, quando é a comemoração oficial, coincide com o período das chuvas. A comemoração originou-se do pagamento de uma promessa feita ao santo por um dos moradores que representa a figura de líder no aspecto religioso e educacional. O espírito de religiosidade é acentuado pelas atividades de preparação da igreja de São Sebastião, da divisão de tarefas entre homens e mulheres e dos produtos que são preparados durante todo o ano, como a galinha e o pato para o leilão.

Outra característica do festejo é que ele saúda um novo período, início da estiagem, do chamado “verão amazônico”. É um momento de efervescência na vida da comunidade. No estudo do antropólogo Charles Wagley (1988) intitulado “*Uma Comunidade Amazônica*”, o papel das festividades é por ele bastante destacado já que são de fundamental importância para o cotidiano da comunidade na qual ele realizou seu trabalho. Wagley destaca que “todos os anos, em maio e junho, quando no Vale Amazônico, os rios voltam aos seus leitos e as chuvas diminuem, começa a estação seca; realizam-se inúmeras festas...” (1988, p.194).

Como podemos perceber a festa assume papel de ritual voltado para a produção e à agricultura, e também “essas festas rituais, conquanto organizadas sob o pretexto de comemorações religiosas em homenagem a um santo, constituem alegres reuniões sociais para toda a família” (WAGLEY. 1988. p. 196).

A igreja de São Sebastião ainda está em construção, grupos de trabalho coletivos são organizados para o término da igreja, erguida em homenagem ao santo padroeiro. A preparação do espaço para a festa como a construção de barracas e a ornamentação da igreja, do barracão do baile, do som que vai animar a noite, bem como as bebidas e as comidas a serem vendidas são responsabilidades de uma comissão cujo caráter é familiar. O Festejo de São Sebastião possui como característica fundamental ser uma festa organizada por uma das famílias da comunidade, o

que traz algumas diferenciações em relação a uma festa com caráter mais coletivo, pois a maioria das pessoas que fazem parte da organização e os grupos de trabalho são irmãos, primos, tios, tias, sobrinhos, afilhados ou filhos da figura de destaque da festividade.

As atividades do festejo iniciam-se durante a tarde com o torneio de futebol. Mais de dez times de diferentes comunidades disputaram o torneio, em busca do prêmio principal. No início da noite as atividades religiosas começam com o último dia de novena, nesse momento a presença do padre torna o acontecimento importante e especial, já que não há padres residindo na comunidade, apenas nos períodos de festa é que os moradores da comunidade podem contar com a presença de um sacerdote para ministra os sacramentos.

A missa é iniciada com a igreja lotada de pessoas. A celebração apresenta caráter conciliatório entre a família organizadora do Festejo e o restante da comunidade. Já que nesse momento desaparece a diferença que há entre o aspecto familiar do acontecimento, a festa assume espírito coletivo. Fato que é enfatizado pelo padre em suas palavras, que fazem referência à promessa feita pelo membro da família, que viera a proporcionar aqueles momentos de festa. Após o término da missa, o padre realiza batizados em crianças de Nazaré e das comunidades vizinhas. E a última atividade que é o baile dançante com música ao vivo.

O espaço (re)organizado e o bairro de São Sebastião

O fator religioso exerce papel de destaque dentro da comunidade de Nazaré, as crenças e os festejos têm lugar no tempo e espaço. O festejo de São Sebastião culminou com a criação de um novo espaço dentro da Vila de Nazaré, o bairro de São Sebastião. O bairro é reflexo das relações pela busca e exercício do poder, temos um dos moradores da comunidade tido como pessoa santa e com conduta ilibada, o que por sua vez o transforma em uma pessoa reclusa e de comportamento observador e silencioso. Esse morador é responsável pela realização do festejo, foi ele quem fez a promessa e recebeu a graça. Decorre daí, uma série de acontecimentos, dentre os quais o festejo é o mais importante, sendo que a festa é que legitima esse novo espaço, dando-lhe caráter de aceitabilidade entre a comunidade.

A busca pelo domínio do grupo pode parecer algo que não existe dentro da vila, o cotidiano da comunidade não transparece. Para perceber que existe essa busca, há de conhecer como está a estrutura de poder dentro da comunidade: há o administrador, um dos moradores da vila designado pelo prefeito de Porto Velho para representar o poder político na comunidade, há o presidente da associação de moradores que representa os interesses populares. Já o aspecto religioso e educacional tem um único representante, morador antigo da comunidade, professor e

ministrante da igreja católica. Sua autoridade é reiterada pelo viés educacional, além de conduzir e manter o grupo dentro da mesma religião e crença. Contribuindo para o fortalecimento do catolicismo, que o faz frente ao vertiginoso crescimento das igrejas neo-pentecostais dentro das comunidades ribeirinhas.

O espaço de São Sebastião representa para o exercício da fé católica do grupo um aumento, pois a partir de então duas igrejas passam a existir na comunidade. Cada igreja passa assim, a possuir um grupo organizado de membros da comunidade que ficam responsáveis por determinadas tarefas como a limpeza, manutenção e organização do lugar para as celebrações, sendo que o grupo da igreja de São Sebastião tem como coordenador o chefe religioso da Vila de Nazaré.

Podemos observar que o espaço da comunidade esta em constante mudança. Essas mudanças estão ligadas a natureza, “o rio comanda a vida” dos moradores, com isso toda a vida da comunidade passa por períodos de mudanças. Em áreas ribeirinhas distinguimos as áreas de terra-firme e as de várzea, as primeiras passam todo o ano sem sofrer inundações, já as de várzea passam algum tempo alagadas e só por um curto período de tempo é que fica seca.

Assim, o espaço está qualitativamente dividido, tem o seu valor. Com isso quem tiver mais terras nas áreas de terra-firme terá mais tempo para produzir e não sofrerá tantas dificuldades. A área onde está localizado o bairro de São Sebastião tem por característica estar entre as áreas onde no período da cheia a água não chega, não alaga. Apenas o caminho que conduz ao novo bairro, é que alaga, tornando a caminhada do centro da vila para o bairro de São Sebastião bastante dificultoso.

Algumas Conclusões

A percepção das mudanças espacial pode passar despercebida para alguns, mas para os geógrafos essa é a matéria básica de seus estudos. Falar da edificação de uma igreja pode num primeiro momento parecer algo muito simplista, é nesse momento que a Geografia mostra sua contribuição.

Os espaços percebidos nas comunidades ribeirinhas passam por constantes mudanças, seja feita por seus moradores ou pelo “ir e vir do rio”. O ribeirinho vê o espaço como reflexo de seu modo de vida, que está cercado pelo seu mundo mítico. As matas e as águas assumem papel de destaque. É necessário olhar com cuidado, trilhar os caminhos certos, é aí que a Geografia mostra que pode colaborar no estudo de grupos sociais, mostrar que pode contribuir para a construção de uma sociedade com justiça social, construir e fortificar o exercício da cidadania.

As crenças do grupo orientam sua vida religiosa, contribuindo também para a busca do poder. Ademais, a religiosidade é o ponto forte da comunidade logo, qualquer tentativa de domínio do grupo tem de passar por este caminho. E ao buscarmos explicações estamos realizando um exercício de entendimento do grupo, seja pelo empate e busca pelo poder seja pelo viés religioso. Essas informações culturais e organizativas do grupo são fundamentais para o entendimento do grau de eficiência da estratégia de sobrevivência do grupo que tem se revelado até então suficientes, mas que para os tempos de uma economia mundializada, estão completamente desamparados.

Referência Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Corrêa de. *Caminhos e Descaminhos da Geografia*. 3ª. Edição, Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998
- BOADA. Luis. *O Espaço Recriado*. São Paulo: Nóbél. 1991.
- CAPALBO, Creuza. Espaço e Religião. In: *Manifestação da Cultura no Espaço*. Organizado por ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.219-230.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia Cultural. In: *Explorações Geográficas*. Org. I.E. CASTRO, P.C.C. Gomes e R.L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997. p. 89-118.
- COSGROVE. Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: *Paisagem. Tempo e Cultura*. Organizado por ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1998. p. 92-123.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo. Série Princípios. Editora Ática, 5ª. edição, 1995a.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. Org. CASTRO, I.E., GOMES, P.C.C e CORREA. R.L. Rio de Janeiro Bertrand Brasil. 1995b. p.15-47.
- FIGUEIREDO, Sílvio Lima. *Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.
- FREMONT, Armand. *A Região, o Espaço Vivido*. Livraria Almedina - Coimbra. 1980.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas - Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo. 3ª edição. Editora Hucitec, 1996.
- MOURA. Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Atica. 1986.
- NASCIMENTO SILVA. Maria das Graças Silva. *O Espaço Ribeirinho*. São Paulo Terceira Margem. 2000.
- ROSENDAHL, Zeny. *Hierópolis: O Sagrado e o Urbano*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1999.
- SANTOS. Milton. *Espaço e Método* 3ª Ed, São Paulo: Nobel. 1992.
- SARAIVA. Adriano Lopes. O olhar, o ouvir e o escrever como etapas da pesquisa com populações tradicionais ribeirinhas. IN: *Nos Banheiros do Rio – Ação Interdisciplinar em busca da Sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia*. SILVA. J. C. Et all Porto Velho - RO: EDUFRO. 2002. p. 41-52.

SARAIVA. Adriano Lopes & SILVA. Josué da Costa. "Estudo do Processo de Recriação do Espaço através das Festas Religiosas". IN: *Pesquisa & Criação nº 1*. 2002. IX- Seminário de Iniciação Científica. 08 a 11 de .Julho de 2002, Cadernos de *Resumos*. Porto Velho.PROPEX/ EDUFRO. 2002, p. 197-205.

SILVA. Josué da Costa. *O Rio. A Comunidade e o Viver*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2000.

SOUZA, Mariluce Paes. Contexto de uma comunidade ribeirinha - subsídios para promover a organização produtiva. IN: *Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento* Vol. 1. Organizado por AMARAL, J. , NASCIMENTO SILVA, M.G.S. e SOUZA. M.P. Porto Velho/RO: EDUFRO. 2001. p. 25-34.

WAGLEY. Charles. *Uma Comunidade Amazônica:Estudo do Homem nos Trópicos*. 3^a ed EDUSP/ITATIAIA, São Paulo. 1988.

A REALIDADE RIBEIRINHA DE PORTO VELHO E SUA RELAÇÃO COM O CICLO DO CARBONO

Josué da Costa Silva⁵

Maria das Graças Silva Nascimento Silva⁶

RESUMO: Este artigo apresenta comentários preliminares acerca da produção do carbono na região amazônica, fazendo analogia com as populações ribeirinhas de Porto Velho. Destacando a maneira pela qual essas populações se utilizam dos recursos naturais e a necessidade de maiores aprofundamentos no que diz respeito a essa temática.

PALAVRAS-CHAVES: Ciclo do carbono; Amazônia; Queimadas; Populações ribeirinhas.

ABSTRACT: This article presents preliminary comments concerning the production of the carbon in the amazon area, making analogy with the riverine populations of Porto Velho. Detaching the way for the which those populations are used of the natural resources and the need of larger aprofundamentos in the than he/she tells respect the that thematic one.

KEYWORD: Cycle of the carbon; Amazonian; Burned; Riverine populations.

O debate que se estabelece quanto à responsabilidade do desmatamento, ocorrido na Amazônia, no aumento do CO₂, tem sido usado como pressuposto para responsabilizar o uso que a população amazônica faz de seu solo e levando-a a condição de ré perante a opinião mundial que teme as modificações radicais na camada de ozônio. Se por um lado é verdadeiro o fato de que as queimadas produzam o CO₂, por outro, não se conhece com precisão a capacidade absorção, deste CO₂ produzido, pelo próprio ambiente Amazônico, onde segundo SALOMÃO

⁵ Doutor em Geografia, professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia e Coordenador do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais da Amazônia-CEDSA. E-mail: Jcosta@unir.br.

⁶ Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais da Amazônia-CEDSA. Endereço Eletrônico: mgsnsilva@unir.br

(1996), a taxa de acumulação do carbono pela vegetação secundária, a capoeira, faz-se necessário o aprofundamento das pesquisas. Tal fato minimiza a crítica ao modo de vida que realiza um uso do solo com tecnologia tradicional e resgata neste debate os níveis de desenvolvimentos produzidos tanto nos países pobres quanto nos países ricos com suas tecnologias diferenciadas e altamente produtoras de CO₂ o que traz este debate muito mais para o campo geopolítico dos poderes estabelecidos sobre o domínio da Amazônia.

Somos sabedores de que no ciclo global do carbono, estão envolvidos, nesse processo, os seres humanos, as plantas e os animais. Sua relação com a pesquisa que desenvolvemos estabelece-se em um nível de debate bastante abstrato para o universo cultural dos ribeirinhos.

A área onde desenvolvemos a pesquisa, às margens do Rio Madeira entre Porto Velho e Calama, limite com o estado do Amazonas, caracteriza-se por possuir inúmeras vilas (mais de cem) de pescadores e pequenos agricultores de várzea. Destas, somente duas vilas ultrapassam a quantidade de duas mil pessoas, sua produção agrícola não tem articulação com o mercado de Porto Velho, caracterizando-se plenamente como agricultura de subsistência e produção de farinha. Tal característica econômica, não nos dá elementos para elaborarmos uma tendência de que haverá drásticas mudanças no ecossistema local.

Embora suas técnicas de produção façam uso de queimadas, a escala em que isto se procede é insignificante em relação às áreas de colonização do Estado. A forma de organização do espaço não possui a valoração que se processa no modelo de exploração capitalista já que a fonte principal dos meios de subsistência, processa-se por mecanismos de extrativismo de recursos da mata e dos rios, logo, a alteração ambiental a que esta população está sujeita faz parte de processos de escalas regionais.

Neste sentido, as mudanças que ocorrem em seu ambiente é provocada por processos de exploração dos recursos ambientais alheio ao seu modo de subsistência como é o caso da exploração de ouro nas cabeceiras do rio Madeira e a conseqüente contaminação do ambiente por metais pesados. Outro exemplo que pode ser incluído nessa questão, é a produção de soja que vem ocupando de áreas cerrados naturais ao longo da BR-319 que liga Porto Velho à Humaitá no Amazonas. Áreas estas que em alguns trechos aproximam-se das áreas ribeirinhas.

Alguns mitos aparecem com grandes repercussões políticas e ideológicas, a exemplo do conceito que apresentava a Amazônia como “pulmão do mundo”. O discurso que responsabiliza o Brasil, a Amazônia pelo aumento da quantidade de CO₂ lançada na atmosfera pelas queimadas, oculta a responsabilidade dos países ricos e suas tecnologias predatórias ao ambiente global.

Com esse argumento não queremos isentar as responsabilidades das autoridades brasileiras ou as queimadas criminosas, estamos apenas chamando a atenção para o fato de que

o debate sobre a produção de CO₂, encontra-se ainda em sua fase inicial de pesquisas. Não se conhece com precisão o mecanismo de funcionamento do ecossistema amazônico em sua capacidade de emitir e absorver o CO₂.

Bibliografia

SALOMÃO, Rafael de Paiva, Daniel C. Nepstad e Ima Célia Vieira. Como a Biomassa de Florestas Tropicais Influi no efeito estufa? Revista Ciência Hoje, nº 123, agosto de 1996.

FIGUEIREDO, Ricardo. Textos diversos. Mimeo. Curso de doutorado 2000

MORAES, A. C. R. e Wanderley Messias da Costa. A Valorização do Espaço. São Paulo, Hucitec. 1984

Compreendendo a Lógica do Trabalho em Populações Tradicionais Ribeirinhas

Nara Eliana Miller Serra⁷

RESUMO: Este trabalho traz em seu contexto passagens para a compreensão da lógica do trabalho em populações Tradicionais ribeirinhas, fazendo uma trajetória histórica sobre o povoamento da Amazônia, percorrendo os seringais e a saga nordestina, a influência indígena, descrevendo o modo de vida, e a influência cultural, a relação com a natureza, bem como o seu modo de trabalho e produção, a ausência da participação efetiva no mercado, tendo como fonte de pesquisa e observação à comunidade de Nazaré, situada no baixo madeira, a 150 km de Porto Velho.

PALAVRAS-CHAVES: Ribeirinho, cultura, trabalho.

ABSTRACT: This work brings in your context passages for the understanding of the logic of the work in riverine Traditional populations, making a historical path on the settlement of the Amazonian, traveling the seringais and the Northeastern saga, the indigenous influence, describing the life way, and the cultural influence, the relationship with the nature, as well as your work way and production, the absence of the participation executes at the market, tends as research source and observation to Nazareth's community, located in the low wood, to 150 km of Porto Velho.

KEYWORD: Riverine, culture, work.

Contexto Histórico da Amazônia

Pela formação étnica, o povo brasileiro acumulou traços culturais diferenciados cuja influência ocorreu em virtude da maior ou menor concentração de brancos, índios e negros. É certo que os Portugueses triunfaram diante das demais, principalmente dos brancos, e, talvez pela própria predisposição de sua raça, mesologia e cultura tenha se adaptado com mais facilidade ao clima tropical e, relacionado-se melhor com os indígenas principalmente as índias dando origem ao mestiço, devendo-se portanto a eles, o ato colonizador, da exploração econômica e da estrutura colonial do Brasil no século XVI.

⁷ Aluna do Mestrado em Desenvolvimento Regional e pesquisadora do Projeto Beradão

Esses aventureiros vieram em busca de riquezas minerais, principalmente do ouro e foram instalando-se em diversos locais do Brasil e por conseguinte na Amazônia, onde seguindo o imaginário dos antigos viajantes, buscavam o Eldorado e as belas mulheres guerreiras que habitavam palácios de ouro.

As Amazonas são as grandes guardiãs desse Éden tropical... nessa cidade havia imensa riqueza de ouro e prata, e todas as senhoras principais e de maneira possuem um serviço todo de ouro e prata, e que as mulheres plebéias ou servem em vasilhas de pau, exceto as que vão para o fogo, que são de barro” (GONDIM, 1994:84/85).

As grandes expedições não imaginavam quão dificultosas seria esse caminho, pois tinham que enfrentar a fome, os ataques dos índios, animais ferozes, doenças tropicais e mosquitos, muitos mosquitos, além do desafio de transpor rios que se multiplicavam em toda Amazônia.

Não encontrando as riquezas esperadas, partiram para agricultura, onde reconheciam ser o solo fértil, e se acreditava grandes colheitas; A existência da caça de todas as espécies e a perspectiva de criação de gado, visando a formação de grandes pastos, começava a despertar nos portugueses uma nova forma de explorar a terra já que a cidade de ouro não existia .

Assim, por muito tempo foi descrita a Amazônia, com seus mitos e exaltação à suas riquezas, o que não se deve negar que a imensidade de matas compondo uma floresta exuberante, foi alvo de devaneios e imaginação de seus visitantes, ou de quem dela ouvira falar, sendo procurada apenas para extrair seus minerais, ervas medicinais e outras riquezas, o que não mudou muito dos dias atuais, quando se tem na Amazônia o chamado celeiro do mundo e a sua biodiversidade ameaçada por pirataria e outras atitudes semelhantes.

Somente em meados do século XVII é que a Amazônia começa a ser povoada quando Francisco Caldeira Castelo Branco fundou a vila de Nossa Senhora de Belém, no então estado do Pará. O século XVIII desponta com alguns acontecimentos para a Amazônia, quando os missionários da Coroa Portuguesa iniciam a catequese e penetração da bacia do Rio Madeira. Várias expedições viriam a título de conhecimento e estudo percorrer a Amazônia a fim de divulgar esse gigante adormecido aos olhos do mundo.

Do período da borracha

A borracha já vinha sendo utilizada pelos missionários na confecção de calçados e outros utensílios impermeáveis. Somente em 1736 foi que a Europa tomou conhecimento de sua existência, através do escritor francês La Condamine. Em 1837 a 1877 a exploração da borracha cresceu e o Pará tornava-se o maior pólo de atração para a exploração do leite da seringa e em

maior escala, tendo a Inglaterra como a melhor compradora do látex. Mato Grosso, também iniciou uma produção em menor escala, no entanto, ambos contribuindo para o povoamento da região que se concluiria no Mamoré-Guaporé, com maior intensidade a partir das secas de 1877, quando ocorreu a primeira grande migração de nordestinos para a Amazônia.

O nordestino fugindo da seca que assolava o sertão, do solo seco e esturricado pelo sol, chega na Amazônia verdejante e inundada pelos seus rios. Jornada difícil de ser empreendida. Famílias inteiras se aventuraram não importando quantos desafios e quantas inospitalidade encontrariam pela frente.

Numa época difícil, com o mercado de trabalho escasso, a ocupação para o extrativismo tornava-se convite tentador, até pela influência de um trabalho livre, quando independente de uma feitoria, manifestações climáticas e outras atividades obrigatórias na labuta da lavoura.

Devido ao crescente valor da borracha no mercado internacional foram instituídos sistemas para a extração do látex, onde foram criados os grandes seringais e, considerando a extensa quantidade de terras devolutas, os seringalistas se apropriaram das terras tornando-se patrões mantendo endividados os pobres colonos recém-chegados, cobrando-lhes desde as despesas com o deslocamento, utensílios de trabalho a alimentação e medicamentos, tornando-se desta maneira devedores por várias safras.

Aliado a isto, o seringueiro era proibido de exercer qualquer outra atividade, como seja a agricultura ou a criação, ficando a mercê dos seringalistas quanto à sua manutenção, sem contar que todo material e alimentos adquiridos naquele sistema eram a preços exorbitantes.

Existia toda uma estrutura em torno dos seringais, principalmente relativo a aquisição do produto. Do seringueiro ao barracão, desde o fornecedor ou aviador brasileiro, daquele ao estrangeiro que era quem ditava o preço da borracha, todos lucrando, menos o coletor. A mercadoria para uso e alimentação do seringueiro iam em sentido inverso; Cada degrau explorando ao imediatamente inferior, até chegar ao seringueiro, por preços extorsivos. (SILVA, 1999, p. 68)

Já nesse primeiro ciclo, os nordestinos chegaram ao Guaporé e segundo Osório Nunes, nada menos que 70.000 indivíduos ocuparam a calha dos rios componentes da bacia do Mamoré, Guaporé e Madeira. Com o declínio da borracha pela explosão do látex na Ásia, a economia brasileira sofreu um grande abalo na perda de mercado internacional. Os seringais foram sendo abandonados e os seringueiros, em sua maioria, não mais voltou ao seu Estado de origem, povoando então as margens dos rios da Amazônia, ou embrenhando-se em suas matas em busca de uma nova forma de viver.

A inserção do nordestino na área ribeirinha foi decisiva para a caracterização e formação das localidades, onde o trabalho movimentou a riqueza da região nas

fases da economia extrativista não obtendo para si, ganhos econômicos ou materiais significativos. (id.102)

A influência indígena

A presença indígena é outro fator de relevância no entendimento da formação dos povos amazônidas. O caboclo, o beradeiro ou o ribeirinho têm sua origem na junção dessas duas categorias: o Nordestino e o índio. Há quem classifique o caboclo como sendo aquele nascido nas terras Amazônicas, ou os que nela vivem e tenham assimilado sua cultura, portanto, por assimilação e também o índio amansado, aquele que perde suas características fundamentais e adquire um modo de vida igual aos de sua nova convivência; De qualquer forma, a influência indígena está presente e é fundamental nessa nova estrutura que se consolida entre diferenças.

Essa formação se deu ao longo de períodos de conflitos, de mortes e de muitos desentendimentos. Espalhadas no ambiente amazônicos constituíram populações isoladas e carentes, criando e organizando seu modo de vida, ampliando ou restringindo seus espaços, originando uma população diferenciada pelos seus traços físicos, culturais, alimentar, de crenças e organização para o trabalho.

O viver ribeirinho

O modo de vida do amazônida é determinado pelo ritmo das águas. Em relação constante com a natureza, os ribeirinhos têm nas matas e nas águas toda simbologia expressa na sua cultura, diante de um espaço único, crítico e de muitas interpretações. A relação homem e natureza iluminam e refletem a cultura desse povo.

Trata-se de um mundo de pescadores, indígenas, extratores consumidos em largas e pacientes jornadas de trabalho; de uma geografia de léguas de solidão e dispersão entre as casas e pequenas cidades, de um viver contemplativo onde predominam a linguagem e a expressão devaneantes, como se seus habitantes caminhassem entre o eterno e o cotidiano. (Loureiro, 1994 : 68).

O caboclo, o matuto, o ribeirinho como normalmente é conhecido, criou um mundo todo especial onde a cultura favorece como marco de sua existência e resistência através dos tempos. Da relação com a natureza construiu o seu modo de viver pautado numa simplicidade e na grande solidariedade entre suas comunidades. De natureza calma, o caboclo possui traços de seus ancestrais, os indígenas, de quem sua herança é grandiosa, fortemente evidenciados seja na moradia, casa ou forma de palafitas cobertas de palha comumente à beira dos rios; na alimentação

através do cultivo da mandioca, milho feijão e na produção da farinha comida indispensável ao uso do caboclo; o trato do peixe e suas iguarias; no ato de “benzer” as crianças contra “mal olhado” ou “quebrando”; na cura de doenças através da produção de chá, emplastos e a utilização de ervas medicinais. No caminhar silencioso pelas matas, solitariamente à proa de uma canoa onde, permanece longas horas num meditar profundo. O ato do acolhimento e da solicitude que se manifesta de maneira espontânea e alegre.

Retira da natureza o seu sustento retribuindo-lhe com o respeito de não promover queimadas ou destruir suas matas. Conserva os rios e igarapés como bens preciosos de onde retiram o peixe para o sustento da família e algumas vendas. Não tem pressa, não precisa correr contra o tempo, pois este, é determinado no seu cotidiano pelas atividades, dentro de um espaço próprio sem interferências de qualquer natureza. Na sua maioria não são proprietários de terras, posseiros que ocupam a terra e cultivam plantações. “o caboclo observa, analisa, conhece, destaca, valoriza, sente, humaniza, estetiza, em sua relação geográfica antológica com a vida. Vive com a paisagem na relação de complementaridade” (id, pg. 235).

Há uma dimensão de relacionamento do caboclo com a natureza que se complementa a cada dia de trabalho, e da sobrevivência fundamentada no conhecimento prático do viver ribeirinho.

Do modo de trabalho

É interessante neste momento ressaltar que, as populações ribeirinhas, conservam um estilo de trabalho diferenciado de outras comunidades. Não possuem o desejo de acumular, faz o seu tempo e utilizam seus espaços de conformidade com as suas necessidades. Não vivenciam a urgência de horários nem a correria para o trabalho. Estão simplesmente beneficiados pelas florestas e rios. Terras ao seu dispor, podendo ampliar ou restringir suas área de cultivo e criação de animais. Dispõem de uma abundância de peixes e também de frutas regionais por eles cultivadas. Desconhecem a rotina do trabalho de oito horas diárias, horas-extras ou plantão. Fazem do seu cotidiano uma seqüência de atividades que atendem às suas carências, dentro de um ritmo próprio.

Por essa singularidade seu trabalho e sua produção são apenas para subsistência. Daí serem consideradas pessoas que não gostam de trabalhar, desinteressados e sem pretensão de adquirir bens materiais, fazer projeções para o futuro ou desdobrar-se em atividades que vá de sol a sol. Para quem não conhece esta peculiaridade, é fácil pensar que são “preguiçosos”, sem ânimo ou inertes. Esta característica é inerente a essa população, pois nela reside toda uma cultura e uma

formação, cheia de encantos e riqueza formadora de uma instituição, podemos assim exprimir, pelas suas características próprias, que somente um olhar desprovido de conceitos pré-concebidos pode compreender e conviver com esta peculiaridade absorvendo aspectos culturais e todo um aprendizado, como bem diz Malinoswski (1978):

... cada fenômeno deve ser estudado através de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados... e a instituição é sempre uma novidade multidimensional. .. ela compreende uma constituição ou código, que consiste no sistema de valores em vista dos quais os seres humanos se associam; isto é corresponde à idéia da instituição tal qual como deve ser concebida. Pelos membros da própria sociedade. Compreende também um grupo humano organizado cujas atividades realizam a Instituição. Essas atividades se realizam de acordo com normas e regras que constituem mais um elemento dessa totalidade.

Pelo fato de produzir para sua subsistência está diretamente envolvido pela relação não capitalistas de produção mediadora, que indica a ausência de mecanismos de reprodução, frente a expansão de fronteiras, estabelecidas pelas dificuldades e condição de esquecimento que se encontram. Esta insuficiência é atribuída à distância dos mercados e a dificuldade dos meios para o transporte da produção.

os meios de produção ainda não aparecem na realidade da produção como capital nem a força de trabalho chega a se configurar na categoria salário. Portanto o produtor não tem como organizar sua produção de modo capitalista, segundo a racionalidade do capital. O capital só entra, só se configura, onde sua racionalidade é possível. (Martins 1997: 185).

Longe de estabelecer relação direta com o capital as populações tradicionais executam suas atividades de forma artesanal e rudimentar, desprovidos de qualquer suporte técnico, mecanizado ou tecnológico. A agricultura praticada é através da mão-de-obra familiar, prevalecendo o trabalho dos filhos homens nas atividades de maior esforço, seguido das esposas e companheiras e por fim, os compadres, numa relação de troca; não existe a forma de compensação através do dinheiro por excelência, mas sim, caracterizado pela colaboração e cooperação entre os moradores. No caso da produção de família, por exemplo, apresentam as seguintes formas de trabalho, conforme SOUZA e LIMA (2002: 173); o sistema de *meia* que é a divisão do trabalho e da produção com quem ajudou; *Diária* – quando o trabalho é recompensado através de dinheiro e o *trabalho de grupo* – quando vários membros da comunidade se juntam para realizar um trabalho em prol do bem estar de todos.

Como a maioria das vezes a produção é pequena, o agricultor conta normalmente com a sua própria família. No caso da comunidade que estamos pesquisando, o excedente a ser comercializado, além do transporte a ser pago, ainda sofre a pressão dos atravessadores.

Infelizmente não existe um local apropriado como uma feira do produtor para que o ribeirinho possa vender sua produção direta ao consumidor. Por isso, limita-se a cair nas mãos de especuladores cujos valores ofertados são muito aquém do preço de mercado. Sem opção, recebe o que lhes pagam. Essa ação caracteriza-se pela desvalorização do produto e da mão-de-obra, atribuindo ao pequeno agricultor o ônus de uma condição imposta pela falta de assistência que ele está sujeito.

MARTINS, em seu livro *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano* (1997) nos esclarece

Para que a força do trabalho se reproduza, terá de receber por seu produto o seu valor, isto é, o que foi despendido em meios de vida por quem trabalha, pois do contrário a força de trabalho não poderá reproduzir-se... Ele terá de produzir e assegurar seus próprios meios de vida. Com isso, poderá vender seus produtos como excedentes e não com produto cujos preços de venda pelo produtor esteja eventualmente baseado numa contabilidade de custos, como ocorre na atividade organizada em bases empresariais... Em conseqüência, a sobrevivência do agricultor dependerá de que ele possa assegurar essa sobrevivência por outros meios. Ele o traz organizando sua produção como uma atividade complementar da produção direta de seus meios de vida.

Na verdade, Martins chama-nos atenção para que os meios de vida do agricultor não sejam imediatamente ditados pela mediação do mercado, pois mesmo acreditando estar comercializando o que considera excedente, está vendendo o que primeiramente havia sido produzido para a subsistência. O autor considera esse processo como *economia de excedente*, diferenciando-a da simples economia de subsistência.

Entende-se, portanto que mesmo tendo o desejo de apresentar sua produção, o ribeirinho depende de vários fatores para produzir em quantidade que possa negociar e manter um contrato de entrega de produtos; ou mesmo entrega sistemática a um determinado comprador. Um dos fatores limitantes são os recursos disponíveis, quase rudimentares, sem orientação e sem tecnologia; o sistema de trabalho familiar que se agrava com a saída do filho mais velho para a cidade ou outra atividade; a condição de pobreza em que vivem deixando pouco a comercializar; e por fim, o meio de transporte, os especuladores, agricultura de roça, e a necessidade de novas terras.

Concretamente o agricultor produz para o seu meio de vida, e o excedente muitas vezes não chega a ser vendido, apenas trocado por alimentos em alguma mercearia. Em outra situação, a produção ainda não foi retirada, mas o ribeirinho já se encontra endividado e sua produção comprometida, levando-o a vender não somente o excedente, mas também o que seria para a manutenção de sua família.

Enfatiza-se, no entanto que o excedente aqui mencionado não é uma simples sobra, mas, a quantidade produzida a maior, de sua manutenção.

Trata-se de uma economia de excedente porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é o que plantar e, sobretudo quando plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que o que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência do produtor e um excedente deveria ser produzido para o comércio...o acréscimo do tamanho da roça em relação à assistência depende da disponibilidade da força de trabalho familiar ou da possibilidade de pagar a terceiros para que a façam. (Op cit: 191)

Por outro lado, a agricultura depende inclusive das atuações climáticas. Período de seca prolongada ou de inundação desfavorece o plantio atingindo a produção que não terá o acréscimo a ser comercializado. A agricultura praticada em pequena escala vem se mantendo ao longo dos anos num movimento cíclico envolvendo o ribeirinho, a produção e o atravessador.

Também a falta de organização dos trabalhadores muito contribui para a descaracterização do agricultor e a desvalorização de sua produção pela baixa qualidade, considerando que o consumidor está cada dia mais exigente, e o ribeirinho não dispõe de alternativas, como por exemplo embalagens, ou apresentação de seus produtos de forma a "encher os olhos" do comprador, estes são oferecidos in natura

Na verdade, esses pequenos agricultores, possuem limitações tamanhas além dos fatores anteriormente citados que os impede de competir, a maioria são analfabetos e não dispõem de qualquer outro recurso financeiro, senão a venda do pescado, da farinha ou de frutas da época; o que muitas vezes se caracteriza apenas pela troca de mercadorias, não chegando a circular o dinheiro propriamente.

A mercadoria dinheiro, como qualquer outra mercadoria tem seu valor, um valor pelo tempo de trabalho socialmente necessário que se utiliza na sua produção e reflete as condições sociais e físicas específicas do processo de trabalho sobre o qual é produzido sendo assim, o dinheiro funciona como medida de valor; o valor do uso do dinheiro consiste em facilitar a circulação das mercadorias, ou seja, um meio de circulação.

Daí percebem que as condições de intercâmbio geral de mercadorias fazem com que a forma de circulação capitalista seja socialmente necessária. Essa é uma das condições que o indivíduo deveria satisfazê-la a fim de ser inserido no mercado, participando ativamente dessa circulação, para então consideramos sua inserção no mundo do capital. Fato que se reconhece ser difícil, não impossível de ocorrer nas populações ribeirinhas, seja pela sua situação geográfica, seja pela falta de assistência, seja principalmente pela inexistência de políticas de incentivo a agricultura familiar para aquela população.

Este modo de produção não deve ser considerado apenas como reprodução da existência física dos indivíduos, ele já é uma espécie determinada da atividade destes indivíduos, uma determinada maneira de manifestar a sua vida, na determinada maneira de viver destes indivíduos. (Candido,1964, p. 31).

A bem da verdade, esse modo de produção ainda é uma forma de não estar envolvido diretamente com o capital propriamente dito, o que embora seja visto de uma forma não compreendida, em vista da globalização e dos processos de modernidade que se instalam em todo mundo, o capital,

Vem representando um grande fator de hostilidade ao homem, a natureza e a cultura – por seu caráter performático, evolucionista e finalístico – provocando gravíssimos problemas por sua ação não modernizadora que promove a desigualdade social... o capital se apropria da natureza e varre dali a magia e o mito, a mística cósmica e o índio, imprimindo-se como mitomágica da violência. A paisagem vai se tornando emergencial ou, como bem afirma Tidorfe Moreira, uma paisagem a prazo. (Loureiro, p.413)

A introdução do capital então, prevalece sobre toda a cultura de um povo, trazendo consigo o fantasma da exclusão, presidindo um campo deslocado e um espaço delineado por forças alheias a toda uma historicidade e a toda uma cultura. Diante deste fato, há um grande dilema: Optar pelas formas modernas de inserção no mercado de trabalho de maneira convencional, competitiva considerando suas conseqüências, ou, contar com a vontade política, no sentido de estudar e propor formas de desenvolvimento que contemple as características culturais e formadoras dessa população, estabelecendo uma nova sistemática de trabalho, produção e, conseqüentemente de como entrar no mercado sem perder sua caracterização de populações tradicionais.

Conclusão

Buscou-se o contexto histórico para poder compreender as diferenças individuais e espaciais de uma população. Foi no sofrimento do seringueiro que o Brasil se projetou no grande ciclo da borracha, onde para alentá-los, chamaram-no de “soldados da borracha”. Efetivamente travaram uma luta insana contra todas adversidades e acima de tudo, sujeitou-se a um sistema de escravidão mercantil, pelo fato de necessitar de alimentos para sobreviver. Já acostumado a esse ritmo de vida, termina a fase áurea e estes pobres coitados são largados à própria sorte. Já não sabiam o que era ser livre. Liberdade de poder fazer o que tivesse vontade. Sentiram-se paralisados e dependentes dos antigos “*barracões*”. Como iniciar uma nova vida?

Após peregrinar por terras Amazônicas, aos poucos foram se acomodando, fundando vilas, lugarejos e cidades. A sua forma de trabalhar mudou e com ela, o seu estilo de vida. Ao conviver com os indígenas, embora não tenha sido uma relação tão harmoniosa, mas conflitante, aos poucos, adquiriram o mesmo modo de vida e incorporaram nova cultura, novas crenças e uma sabedoria que passa de geração em geração.

A produção ainda pequena não insere o ribeirinho no mercado, não tendo ainda suporte para competir através de seus produtos. Em contrapartida, a sua relação com a natureza seu bem mais precioso, ainda é mantida viva, pois é dela que retira toda sua energia e sua força cultural. Sabe-se que necessitam de melhores condições de vida, mas, é preocupante as conseqüências de um sistema de produção que acelere o capitalismo e venha destruir esta cultura tão rica e profunda em seus mitos e crenças, que ainda nos convida a conhecer, vivenciar e desvendá-la.

Bibliografia

CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. 34 Ltda, São Paulo, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. Perceu Abramo. São Paulo, 1996.

GONDIM, Neide . A invenção da Amazônia. Marco Zero, São Paulo, 1994

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Abril Cultural, São Paulo, 1978

MARTINS, José de Souza, Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano, HocTec, 1997.

MARTINS, Marseno Alvim. A Amazônia e nós. Bibliex. Rio de Janeiro, 1972.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. Cultura amazônica. Uma poética do imaginário. Cejup Belém, 1995.

SILVA, Amizael Gomes. Conhecer Rondônia. ABG Porto Velho, 1999.

SILVA, Maria das Graças S.N. o Espaço Ribeirinho . Terceira margem São Paulo, 2000.

SOUZA FILHO, Theophilo Alves de. A Agricultura Ribeirinha do Baixo Madeira e o Processo de Globalização. Artigo. Pesquisa na Amazônia vol.1. Eudfro. Porto Velho, 2001.

SOUZA, Marlluce Paes, DE LIMA, Nívea M. Martins – A concepção do trabalho ribeirinho – artigo. Nos Banzeiros do Rio. Eudfro, Porto Velho, 2002.

XIMENES, Tereza.(organizadora) Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável (uma contribuição para a Amazônia 21).Supercores, Pará, 1997.

UMA NOVA PROPOSTA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PORTO VELHO

Soeli de F. Cabral Amaral^g

RESUMO: A educação de crianças até 6 anos em creches e pré-escolas tem sido vista, cada vez mais, como um investimento necessário para o seu desenvolvimento desde os primeiros meses até a idade de ingresso na escolarização obrigatória. A Educação Infantil evoluiu desde a chamada "educação pré-escolar", entendida como todo atendimento fora da família a crianças e adolescentes que não freqüentavam o que hoje se considera a escola.

PALAVRAS-CHAVES: Educação infantil; Educação pré-escolar; Escola; Cidadania.

ABSTRACT: The children's education up to 6 years in day cares and pré-schools it has been seen, more and more, as a necessary investment for your development since the first months to the entrance age in the obligatory escolarização. The Infantile Education developed from the call "preschool" education, understood out as every attendance of the family to children and adolescents that didn't frequent what today he/she is considered the school.

KEYWORD: Infantile education; Preschool education; School; Citizenship.

Com a universalização da escolaridade de crianças acima de 7 anos – ou mais recentemente de 6 e mesmo 5 anos – dentro do nível de ensino considerado obrigatório, a idéia de pré escola restringiu-se àquilo que nossa legislação chama de educação infantil. (Oliveira, 2002 p.35)

Introdução

As concepções existentes sobre educação infantil têm pesos políticos próprios, visto que os familiares, os educadores, os responsáveis pelas políticas públicas e outros adultos alimentam as expectativas de cada criança e estabelecem metas antagônicas em relação ao que ela deve alcançar – expectativas e metas fortemente condicionadas pela classe social da população atendida.

¹ Artigo produzido a pedido do Prof^o Dr. Josué Silva, Disciplina Populações Tradicionais.

² Aluna do Curso de pós – Graduação em Desenvolvimento Regional do NCT/UNIR/RO

O grande desafio, hoje, da educação infantil é superar a maneira dual com que as duas instituições têm sido tratadas: a creche, em geral, gerida pelos organismos que cuidam da assistência social, e a pré-escola sob os cuidados, ainda que periféricos, dos órgãos educacionais. Propostas para promover o desenvolvimento das crianças de diferentes classes sociais, devem ser estudadas.

Interessante e que deve ficar claro é que as Creches e Pré-Escolas não devem nem substituir a família nem antecipar práticas tradicionais de escolarização. Há muitos outros programas fundamentais para as famílias pertencentes às camadas populares que devem ser desenvolvidos pelas políticas públicas.

Acredito que as Creches e pré-escolas devem encarregar-se de educar meninos e meninas provenientes de diferentes culturas, levando-as em conta para poder articular, convenientemente, os diversos contextos de vivência e desenvolvimento.

Destacar a polêmica que trata a questão de educação infantil e analisar a evolução das políticas na área deve ser a prioridade das discussões educacionais, tanto no aspecto histórico quanto no político. O que não se pode perder de vista é que a criança tem fala – sentimento - construindo significados e cultura desde seu nascimento, e isto não é levado em consideração. A proposta educacional deve priorizar um olhar sistemático sobre o tema, explorando argumentos, justificando princípios, mas admitindo-se muitos outros olhares.

Uma emoção que se torna coletiva, nem tanto porque todos que a produzem vivem em uma só coletividade própria do espaço, mas individualidades dispersas que partilham da mesma realidade” (Loureiro, 1995, p. 200)

Do ponto de vista do sistema educacional, lutar contra a exclusão social é ajudar a criança a ampliar, desde cedo, sua relação com o saber, a dominar diferentes linguagens, valores culturais, padrões estéticos e éticos e formas de trabalho baseadas em preceitos científicos, além de propiciar-lhe o conhecimento de algumas das tecnologias presentes em sua cultura. Nesse processo, cada criança se constitui como sujeito único. Tal meta esbarra, entretanto, em uma série de obstáculos.

Em conseqüência de muitas pesquisas já realizadas sobre a criança, ela aparece hoje com nova identidade. Crianças são aquelas “figurinhas” curiosas e ativas, com direitos e necessidades, que precisam de um espaço diferente tanto no ambiente familiar, onde são objeto de afeto dos adultos (em geral, adultos muito confusos), quanto do ambiente escolar tradicional, freqüentemente orientado para padronização de condutas e ritmos e para avaliações segundo parâmetros externos à criança.

Nas Comunidades Ribeirinhas que estudamos em (CONTEXTO DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA – SUBSÍDIOS PARA PROMOVER A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA. *Mariluce Paes de Souza, 2001*), percebemos depoimentos claros de obstáculos, onde a educação é vista a partir dos 07 anos de idade, indo até os 10 anos, isto é, da 1ª à 4ª série.

Como pode-se observar, a Comunidade tem um expressivo número de pessoas somente alfabetizadas e outro de analfabetos, sendo que 1º e 2º graus são muito pouco representados. Esta situação exige um esforço adicional, requerendo ação na área de educação formal... Observa-se que a grande maioria dos filhos de Nazaré estão na faixa etária de 03 a 10 anos, ficando clara a evasão do jovem para a cidade, em busca de estudo..., a Comunidade conta somente com o ensino fundamental.. (p.29)

Perguntamos: Quem limita o período do aprender? Quem garante que é neste período que a criança tem seu maior desempenho? Quem responde pelos menores de 07 anos e os maiores de 10 anos? Por que o cidadão tem que deixar sua Comunidade para resolver um problema de estrutura política governamental? E a sustentabilidade educacional, moral e étnica, quem garantirá?

A criança aponta e estabelece signos no seu cotidiano e estes signos são determinantes em sua vida adulta. Este indivíduo em um determinado tempo é forçado a estabelecer novos signos por situações que a princípio parecem-nos incoerentes com a legislação “*A Educação é direito de toda criança e uma responsabilidade do Estado*” (Constituição Federal – 1998). E com essa responsabilidade deve-se levar em consideração a experiência e o convívio da criança em família e em pares do seu cotidiano, fortalecendo as redes de significados, iniciando ou dando continuidade à formação de atitudes mais elaboradas de compreensão da realidade.

Deve considerar a atividade educativa como ação intencional orientada para a ampliação do universo cultural das crianças, de modo que lhe sejam dadas condições para compreender os fatos e os eventos da realidade, habilitando-as a agir sobre ela de modo transformador.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Lei 9394/96, artigo 29).

Pesquisas revelam que, pensar uma proposta pedagógica para creches e pré-escolas envolve organizar condições para que as crianças interajam com adultos e outras crianças em situações variadas, construindo significações acerca do mundo e de si mesmas, enquanto desenvolve formas mais complexas de sentir, pensar e solucionar problemas, em clima de autonomia e cooperação. Wagley, Charles. 1988 cita o que Paulo Machado disse em uma de suas pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA):

Somente pela educação e pela pesquisa se poderá garantir a perpetuidade do nosso impulso progressista que existe na Amazônia Brasileira. Se o homem puder desenvolver e estabelecer uma convivência com o meio ambiente Amazônico, a Amazônia sairá definitivamente do seu estágio de subdesenvolvimento.

Valorizar, nas crianças, a construção da identidade social e de sociabilidade, envolve um aprendizado de direitos e deveres. Um grande risco de uma proposta pedagógica para a educação infantil é o de “institucionalizar” a infância, regulá-la em excesso. Outro risco é de torná-la um campo onde reine a espontaneidade, que pode camuflar formas sutis de dominação, tornando menos visíveis os critérios de excelência socialmente valorizados. Educar e cuidar são formas de acolher.

Além de ter suas necessidades básicas reconhecidas como legítimas e atendidas, recebendo cuidados de saúde e de higiene, a criança deve participar de uma programação adequada de atividades. Em um clima de segurança e de liberdade, ela pode internalizar regras de comportamento e formas de organização incluídas nas atividades propostas – como, por exemplo, os procedimentos básicos ensinados, as regras para ocupação do espaço e para uso e guarda de materiais. Para tanto, compete ao professor criar oportunidades para experiências e aprendizagens, apoiando determinadas atividades e restringindo outras.

A organização curricular abre mão de um ambiente de silêncio e obediência e concretiza situações nas quais as crianças se mostram exploradas e são reconhecidas como interlocutoras inteligentes, que constroem argumentos no confronto com situações estimulantes. Isso envolve respeitar ritmos, desejos e características do pensamento infantil, além de tomar consciência de problemas coletivos e relacionar as experiências da própria comunidade com o que ocorre em outros contextos.

Educar para a cidadania envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros, particularmente com aqueles com dificuldades de superação de atitudes egoístas.

A situação educativa torna-se com isso o ambiente ideal para o cultivo da tolerância, do combate aos preconceitos, do aprendizado com base nas diferenças. Envolve aprender, em cada situação, a dar respostas mais adequadas à formação de atitudes éticas.

Durante os últimos anos, presencia-se uma série de importantes inovações científicas e técnicas que configuram a chamada revolução tecnológica. Na área das comunicações, deu-se a popularização dos recursos da informática, antes restritos a avançados centros de pesquisa. Em poucos anos alteraram-se as noções tradicionais de tempo e de distância geográfica, e achamos hoje natural que uma pessoa consulte, em poucos minutos, e pela Internet, uma biblioteca em outro continente, sem sair de seu ambiente de estudo ou trabalho. Ou seja, dispomos de novos instrumentos que nos permitem acesso cada vez mais ágil às fontes do conhecimento. O conhecimento é o melhor patrimônio, a melhor herança.

Em toda a história humana, a transmissão de conhecimentos tem sido o principal fator do progresso material e cultural das civilizações. Um enorme salto cultural na história do homem foi à aquisição da linguagem, que se tornou seu principal meio para adquirir e transmitir conhecimentos. O homem sempre teve consciência da importância de acumular e transmitir conhecimentos às gerações seguintes, pois o saber não só constitui o maior patrimônio de uma pessoa como é o que de melhor ela deixa aos filhos.

Mais tarde, mais ou menos 8.000 anos antes de Cristo, o homem criou um outro método para transmitir ideais e conhecimentos: a escrita, mais um marco transcendental na história da cultura. O início do conhecimento sobre a linguagem escrita não dependeu do manejo pessoal da escrita e, portanto, não coincidiu com o início da escolaridade obrigatória. Mesmo parecendo paradoxal, o início do conhecimento sobre a notação escrita propriamente dita também não coincidiu com a escolaridade, embora esteja intimamente ligado a ela. A relação entre o ensino institucional e o desenvolvimento do conhecimento da criança é de influência, não de determinação, pois é um objeto social, ultrapassando o marco escolar onde a criança é um sujeito ativo e construtivo do seu próprio conhecimento.

No século XVIII, conhecido como *século das luzes*, teve lugar outro fato importante na história da cultura.

As *Populações da Amazônia* sempre foram marcadas por culturas distintas que contribuíram na formação de uma nova cultura, sem se deixar negar a cultura de origem.

Loureiro (1995), apresenta uma cultura amazônica numa trajetória histórica marcada por dois elementos fundamentais: isolamento e identidade. Isolamento marcado geograficamente e politicamente pelas consequências da ocupação e da colonização. A identidade étnica remete sempre a uma origem histórica, mas não se deve confundir a identidade com o sentido de superioridade ou pureza raciais e, muito menos, com o de exaltação do espírito nacional gerado pelos regimes autoritários. O sentido de identidade que perpassa transversalmente os reflexos que compõem esta reflexão é o de auto-reconhecimento, auto-estima, consciência do próprio valor, conjugados à consciência da própria inserção no conjunto da sociedade dos homens.

A sociedade Amazônica tendo consciência de si mesma, reconhece ser fruto de uma relação inter-humana, inter-social e, ao mesmo tempo, com sua natureza e sua história.

O desvendar de mistérios, ritos e mitos da cultura amazônica leva-nos a conhecer-nos como sujeitos próprios desta existência poética. Não há como deixar de ser, visto que somos amazônidos como o caboclo e o índio, fazendo parte deste imaginário, mesmo que, inconscientes. Queremos nos colocar ao revés do índio, mas somos como este: explorados.

O capital estrangeiro e nacional que modificou / transformou o formato da cultura *hilarante* da Amazônia, também criou o homem amazônido desconhecido. Nos colocamos como este homem, que não é nativo, mas que nasceu aqui, descendente de migrantes. Não é índio, mas descendente dele por gerações passadas.

Não há como não vivermos a Cultura Amazônica, pois aqui estamos agora. Os índios e caboclos são reconhecidos como tais e possuem suas marcas culturais impregnadas. Nós, amazônidos híbridos, nem nativos, nem estrangeiros, somos relegados à insolvência cultural.

A democracia proposta por Paes Loureiro leva-nos a sonhar com um futuro melhor e a idealizar uma cultura amazônica própria. Nos colocamos como sujeitos deste imaginário social, histórico e político. Ao fazermos parte do contexto somos levados a repensar conceitos e criar raízes (como os índios) nesta terra, amando-a, sonhando-a para nossos filhos.

Prever um desenvolvimento sustentável requer de nós uma visão holística no sentido de que as questões de habitação, moradia, segurança, educação, etc. sejam contempladas neste desenvolvimento. Busca-se um equilíbrio no novo modelo de desenvolvimento. As pressões mundiais exigem desenvolvimento econômico e investem recursos para este tipo de desenvolvimento, no entanto compreender esta população de quem e para quem se destina este desenvolvimento econômico é que se precisa questionar e procurar uma saída ou mesmo um equilíbrio.

Em Rondônia, a Educação Infantil teve seu início na década de 50, quando surgiram em Porto Velho os primeiros “Jardins de Infância” – termo utilizado para o atendimento de crianças de 04 a 06 anos – tendo sua expansão somente em 1972. No período de 60 a 72 esta modalidade de ensino ficou restrita à iniciativa privada.

Após 1979 prevaleceu uma política voltada às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo às iniciativas comunitárias, por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo, desenvolvidos por pessoal leigo, voluntário, com envolvimento de mães que proporcionavam cuidados e alimentação para os seus filhos e de outras que promoviam o sustento. Esse tipo de atendimento ainda acontece, paralelo ao atendimento público, privado e empresarial.

Mas o que queremos levantar em questionamento é o atendimento para todos como estabelece a Lei n.º 9.394/96, Art. 2º :

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E ainda, o art.3º apresenta princípios que serviram como base para esse atendimento: *“igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; ...”*

Essa educação deve ser oferecida na família, na comunidade e nas instituições, que revelam que, a Educação Infantil vem se tornando cada vez mais necessária como autarquia, para que proporcione a aplicação de um projeto no qual, não apenas algumas crianças em algumas escolas sejam beneficiadas, mas todas as crianças e todas as escolas sejam beneficiadas e

atendidas. Paulo Freire (1995, p.53) diz que “Não foi a educação burguesa que criou a burguesia que, emergindo, conquistou sua hegemonia e, derrocando a aristocracia, sistematizou ou começou a sistematizar sua educação que na verdade, vinha se gerando na luta da burguesia pelo poder”.

Quando nos deparamos com a obra “*Geografia da Fome (O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço)*”, de Josué Apolônio de Castro, questionamos a educação no modo como está posta, pois, mais parece para a burguesia do que para todos. A fome tratada como fato cultural e social apenas, não demonstra o *desnivelamento desumano entre bem nutridos e os desnutridos, em conseqüência de fatores políticos e sociais...* Cujo teor é reforçado por Colin Clark na mesma obra. Sabemos que o problema da fome está intimamente ligado às questões emergentes da economia, do desenvolvimento social, cultural e ambiental. E, o *homem*, pouco ou quase nada, está sendo alvo destas questões. Suas limitações e esperanças são tratadas com desinteresses e perspectivas. Não se trata aqui de assistencialismo, mas de garantir a sobrevivência com dignidade.

O que se deve denotar, quando se fala em Educação Infantil é que o respeito ao ser humano, com suas tradições e cultura, deve ser respeitado, independentemente do lugar onde esteja inserido. Para isso, não se pode delimitar o nível de estudo que ele recebe desde o início da sua vida escolar, pois, como todo homem ele tem ideais e sonhos que, de uma maneira ou de outra, tentará alcançar, sem contar o direito adquirido, institucionalmente legal, que ele tem para atingir suas metas e planos de vida.

Camuflar a Educação Infantil com uma merenda oferecida fora do horário habitual, não é o que se pode dizer de melhoria da Educação Infantil. Reconhecemos que a maioria das crianças das nossas escolas tem falta de alimento, mas a maneira de suprir essa falta não é como se faz. Antes, seria oferecer também mais oportunidades de educação aos pais, a fim de poderem alcançar um nível social melhor, condizente com suas necessidades básicas.

Isso envolve uma reestruturação em todo o processo educacional, com o aproveitamento das raízes, das culturas, do próprio cotidiano, aproveitando melhor o que já se tem em mãos, despertando toda a sociedade para atingir uma vida melhor.

Se cada princípio educacional for aplicado à vida das nossas crianças, transformando-os em vivência, experiência e prática naquilo que ela possui, certamente, haverá maiores possibilidades da educação alcançar mais sucesso com as vidas humanas, com as quais trata, sem modificar seu *habitat*, nem com necessidade de ir buscar suas referências educacionais e seu preparo em outras paragens. Isso tem acontecido com muita intensidade em Rondônia, como em outros tempos aconteceu com outros Estados.

Entretanto, reconhecemos que a partir da Educação Infantil até à formação universitária temos progredido muito. Mas, para que o alcance da educação seja o homem em si mesmo e sua realização completa, no lugar das suas raízes e com sua cultura, é necessário que haja um

entrosamento muito maior e muito mais eficaz de Educação x Estado x Comunidade ou Sociedade (homem), que, na sua amplitude, atinge todas as características do contexto onde este processo se desenvolve.

Bibliografia

AMARAL, Januário; NASCIMENTO SILVA, M. G. S. e SOUZA, Mariluce Paes (Orgs.). Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento. Vol.1. Porto Velho: EDUFRO. 2001.

CASTRO, Josué Apolônio de. Geografia da Fome: O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.

GARCIA, Regina Leite (Org.). Revisitando a Pré-escola. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

LEI n.º 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura Amazônica uma Poética do Imaginário. Belém /PA. CEJUP, 1995

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002 p.35)

PORTARIA n.º 1608/ Gabinete da SEDUC/ 28/10/1999.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1988.

***O SERINGUEIRO E O PEQUENO
AGRICULTOR DE RONDÔNIA: AS
ESPECIFICIDADES DAS REPRESENTAÇÕES
E DO OLHAR SOBRE A NATUREZA⁹***

José Evandro Bastos Oliveira¹⁰

RESUMO: Em sentido estrito, este artigo procura analisar a obra de Teixeira(1999) que investiga a hipótese de que populações de extratores da floresta tropical(os seringueiros) e populações de agricultores(os colonos) possuem distintas visões sobre o mundo natural. Dado o enfoque específico deste artigo, tudo o mais que não se relaciona ao seu propósito será ignorado. Assim, não serão considerados os aspectos históricos extrativistas e os conflitos de desapropriações e de violência, ou outros, embora tenham, também merecido a atenção daquele autor.

PALAVRAS-CHAVES: Seringueiro; Colonização; Natureza; Meio ambiente.

ABSTRACT: In strict sense, this article tries to analyze the work of Teixeira(1999) that investigates the hypothesis that populations of extractors of the tropical forest (the seringueiros) and farmers' populations (the colonists) they possess different visions on the natural world. Given the specific focus of this article, everything the more than he/she doesn't link to your purpose it will be ignorado. Assim, the aspects historical extrativistas and the conflicts of dispossessions won't be considered and of violence, or other, although they have, also deserved that author's attention.

KEYWORD: Seringueiro; Colonization; Nature; Environment.

Introdução

Este artigo é, antes de tudo, uma reflexão inicial em torno das idéias que conduzem duas formas de olhar: a do seringueiro e a do colono que migrou para Rondônia, sobre muitas questões de seu cotidiano, mas, em especial, àquelas afetas às relações sociais e de produção.

O seringueiro, aqui entendido como alguém integrante de

⁹Artigo escrito como exigência para avaliação das disciplinas Populações Tradicionais e Desenvolvimento Regional ministrada pelo Prof.Dr.Josué da Costa Silva e Antropologia Social, ministrada pela Prof.^a Dr^a Arneide Bandeira Cemin, ambas do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Rondônia- UNIR

¹⁰ Professor do Departamento de Economia da UNIR e mestrando em Desenvolvimento Regional.

... uma categoria de trabalhadores(cujas especificidades regionais já não levam em conta somente a extração da borracha,pois muitos deles já não extraem látex, ou a atividade tem se tornado secundária) mas por comportar peculiaridades como a visão singular da floresta, e a significação que dão a ela e por conseguinte o modo de vida constituído. (SANTOS, 2002)

Este autor apresenta um olhar mítico, apegado a seu lugar, como lócus que reflete sua história de vida, compreendido como fundamento de seu passado, de seu presente e de suas perspectivas de futuro. Enquanto isso, o colono ou pequeno agricultor rural, que migrou para Rondônia, vizinho daquele, mas à distância situado, porquanto, instala-se, preferencialmente, mais à margem das rodovias, e nas proximidades da infra-estrutura urbana, revela um olhar, geralmente, de não apego ao lugar, ou às suas características originais, mais perscrutadores da exploração agropecuária e com bases nitidamente econômicas. Desses processos, aparentemente inconciliáveis, resulta uma riqueza de manifestações que precisa ser estudada, para melhor entendimento.

Teixeira enfoca com muita propriedade esse duplo olhar, caracterizando, de um lado, a *visão de natureza* dos seringueiros e, de outro, a dos colonos que migraram para Rondônia. Na apresentação (1999, p.17), o objetivo está explicitado:

Este trabalho se refere à colonização em Rondônia no período de 1970-1990 e visa discutir as relações entre vários grupos(colonos, seringueiros, caboclos e índios) que se encontram numa determinada região de fronteira agrícola. Busco estudar a natureza dos processos sociais que os envolve, especialmente a luta pela terra e pela apropriação da natureza bem como os efeitos ecológicos que deles decorrem. Além disso, o trabalho põe em evidência as representações culturais que esses grupos constroem a respeito da natureza, possibilitando dessa maneira a elaboração de uma visão compreensiva de suas práticas sociais.

Merece especial atenção o fato de Teixeira não demonstrar interesse em analisar o quadro mais amplo em que se dá o processo de colonização em Rondônia, nele incluída sua dimensão econômica. Assim, ele não põe em relevo as relações econômicas, mas destaca o fato de que os personagens que entrevistou- seringueiros e colonos – viveram certas circunstâncias e experiências que destacam outras facetas da questão. Ele se expressa (1999,p.52):

O que está em jogo, portanto, é a percepção de que o dado econômico incrustado naquelas relações adquire ali uma função subjetiva, cultural, introduzindo-se desse modo no espaço em que se dá o encontro entre homens, e um intercâmbio entre coisas.O econômico, assim, afasta-se daquilo que poderia ser sua determinação precipua- a de esclarecer a própria natureza do processo econômico: o lucro, a concorrência, a competição,etc. – para converter-se num instrumento da linguagem daqueles sujeitos e de orientação de suas condutas.

Ao contrário, Teixeira (1999, p.52) esclarece:

Desejo em suma refletir sobre um determinado curso em que vem se dando o processo de mudança em Rondônia, buscando compreendê-lo por meio do contato

entre diferentes segmentos da sociedade nacional, subordinando tal enfoque a um campo que me parece recair essencialmente em sua dimensão ideológica.

Embora contextualize aspectos da migração em Rondônia, Teixeira não analisa a dimensão étnica, muito menos faz uma abordagem de culturas particulares. O seu objeto de estudo fica evidenciado quando se propõe a “observar por meio do discurso de atores privilegiados o impacto que a colonização produziu no âmbito das culturas locais, e, assim, traduzi-lo numa linguagem minimamente compreensível”(1999,p.57).

Afirma que os seringueiros constituem um grupo étnico mais amplo, como os vaqueiros do agreste ou os mineiros de carvão de Santa Catarina, *os brasileiros*, e se encontram, “*nos mesmos limites da nossa formação histórica e social*”(1999, p.57).

Para realçar a situação de animosidade entre colonos e seringueiros, Teixeira declara(1999, p.57) que os colonos como migrantes que para cá vieram reconhecem que” o seringueiro - e em geral os grupos locais mais antigos - constitui um obstáculo aos seus objetivos, fato que transparece tanto no nível econômico em que, por exemplo, pretende-se excluí-lo da posse da terra, como no nível ideológico em que como foi afirmado,”*toda uma crosta de preconceitos e estereótipos*” o tem como um ser “ inferior”.

A natureza e os olhares

É emblemática a exposição apresentada sobre o olhar de cada um em relação a uma árvore da região, a castanheira, que bem representa a natureza (1999, p.68):

O olhar do colono:

Ah!...a mata é uma coisa linda, né?...Mas esse desmatamento está acabando com tudo...Ninguém deixa uma árvores de castanha no meio de uma roça de cacau, porque ela pode ser prejudicial ao próprio trabalho.(Por ela ser) uma árvore muito alta, então é um perigo(!) quando cai uma fruta daquela(um ouriço).....Na região que a gente trabalha é perigoso ter uma árvore daquela produzindo!....(Um colono de Ariquemes)

O olhar do seringueiro:

Para nós, seringueiros e amazonenses, a castanheira significa coisa de muita utilidade...Olhamos para a castanheira faturando a nova safra que nos dá a cada ano...Hoje, sentimos piedade quando vemos a castanheira e a seringueira, que consideramos quase como nossa Mãe, sendo dilacerada pela moto-serra, levada para a serraria,chegando ao fim da sua existência!...(Um seringueiro em Ariquemes)

A despeito de, praticamente, ocuparem o mesmo espaço, o seringueiro e o colono, estão em permanente situação de conflito na forma como se apropriam dos recursos da natureza. Nasce e

floresce uma disputa, entre eles e a natureza, criando um conflito e revelando o contraste de representações que sobre ela cada um elabora. Como a seguir, revela o texto (1999, p.68):

Assim, se na avaliação do seringueiro a árvore que produz o fruto – as amêndoas de castanha – adquire o valor de uma dádiva da natureza, na do colono ela se associa a uma zona de perigo. O colono, entretanto, vai aos poucos superando essa concepção, à medida que se vê compelido a utilizar-se da natureza para solucionar as dificuldades que encontra. E isso ocorre em vários setores, desde os que se referem ao meio físico: às chuvas, ao calor, à umidade, etc., até aos mais imediatamente relacionados à alimentação e à saúde.

Teixeira enfatiza a natureza e sua relação com o imaginário e o vivido e destaca que ao pensar sobre o seringal seu olhar se debruça para a visão mágica e ameaçadora que a natureza assume para o homem. Para ele (1999, p.139)

Estando-se assim na mata – situação mais freqüente para o seringueiro- o esturro ameaçador da onça, o bote traiçoeiro da cobra, o canto soturno do pássaro, a lembrança de almas penadas que freqüentam sepulturas abandonadas, o encontro com a Mãe da Mata ou com o Curupira, tudo isso é capaz de provocar no homem um sentimento de apreensão e medo.

Considerando o momento tenso de graves conflitos pela terra caracterizada pela época em que o autor elaborou sua tese de doutorado e que veio a ser publicada sob a forma do livro ora objeto desta análise, Teixeira destaca (1999, p.139) que tal momento que ele define como *doloroso e dramático* possibilitou aos seringueiros de Rondônia *uma certa recuperação de seu mundo mítico*. Assim, nas diversas entrevistas que ele realizou, ouviu muitos relatos que reforçam os detalhes do imaginário e se constitui em “um conjunto de crenças e representações sobre a natureza que os seringueiros foram incorporando ao universo da sua cultura”.

Segundo Teixeira (1999, p.139-140) *essas estórias*- narradas por seringueiros – “fazem da natureza um território habitado por seres que, via de regra, adquirem forma humana, indicando, talvez, que nela se reproduz a sociedade dos homens”. Ao citar uma conversa, Teixeira esclarece (1999, p.140):

aquele seringueiro de Ariquemes(...) diz que da mesma forma que nós possuímos ao redor da nossa casa uma criação doméstica que cuidamos de proteger e alimentar, o mesmo ocorre com a natureza- e natureza para ele é a mata- onde existe alguém encarregado de zelar por tudo aquilo que faz parte de sua criação: os animais, as aves, os peixes, as árvores, enfim, todos os seres que a habitam.

Como as estórias acham-se incluídas em espaços diferenciados, recortando com enredos próprios o imaginário dos seringueiros, Teixeira trata de distribuí-las nesses espaços: ele descreve o tríplice espaço, o da mata, o da estrada e o da casa.

No espaço da mata são destacadas as estórias: o dono dos porcos e o pai da mata. (entidades que guardam a natureza contra a depredação feita pelo homem). No espaço da

estrada, a mãe da seringa, os três homens pretos, João da serra, a panema do tatu. No espaço da casa, a aparição da alma de Antonio Bento.

No espaço da mata, as estórias (1999, p.159):

refletem o conflito que se desenvolve em torno da apropriação da natureza e de seus meios de sobrevivência, conflito que envolve, além dos homens, os seres com os quais eles se encontram no meio da mata. Mas esses seres, é bom frisar, não habitam regularmente o espaço em que se pratica a caça aos animais, pois vêm de outros lugares, da mata longínqua e desconhecida onde têm suas moradas. É pois essa outra mata, oposta àquela ocasionalmente ocupada, que corresponde ao imaginário(...). E é lá que, como esses seres encantados, eles se vêem com aqueles com quem partilham o convívio ou, ao contrário, os têm ali para submetê-los a castigos”.

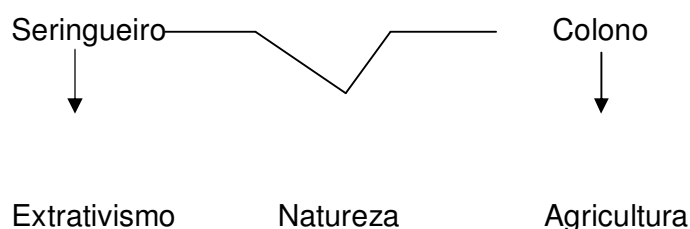
No segundo espaço, que o autor define como nível intermediário, mais próximo do ambiente doméstico (1999, p.157):

incluem-se as estórias que se passam nas estradas, cujos enredos possuem traços comuns. Assim, além de se referirem ao trabalho extrativo, chamam a atenção para a necessidade da ordem que deve prevalecer naquele meio. Nesse sentido há nas cercanias das estradas entidades especiais, como a Mãe da Seringa, a quem os extratores devem invocar proteção para obterem bons resultados em seus trabalhos. E há, ali, vigiando a natureza, os Curupiras(como os Três Homens Pretos) prontos para impedir que aqueles mesmos extratores ultrapassem os limites da área em que trabalham”.

Finalmente, no terceiro espaço, incluem-se as estórias (1999, p.157) “ *que se referem ao cotidiano vivido nas colocações*”, e consistem, basicamente, de assombrações e almas penadas e ações inadequadas entre seres humanos, como maltratar ou ofender uma mulher.

Diferentemente, o colono típico não dispõe desse olhar mítico e seu imaginário certamente está povoado de sonhos de riqueza e fartura na lavoura, até por que será transvertido de “bóia-fria”, “posseiro” ou pequeno sitiante em proprietário de terras na Amazônia.

Ao comparar as relações sociais e produtivas extrativismo/agricultura, Teixeira conduz e forma teias de raciocínio para analisar as transformações que ocorrem no meio ecológico de Rondônia. Para tanto, ele usa como referência o próprio discurso do seringueiro e do colono (1999, p.202-203), ao caracterizar a relação segundo um diagrama:



Dessa relação surge o olhar que cada um põe e dispõe sobre a natureza. O olhar do seringueiro recobre situações variadas e contrasta, em várias ocasiões, com o que possui o colono. Colocar, lado a lado, esses olhares, poderia ser indicado, mas segundo Teixeira incluiria o risco de se levar a fazer escolhas em favor de um ou de outro discurso.

Ao conversar com um seringueiro em Ariquemes, Teixeira cita o seguinte depoimento que manifesta um tipo de olhar sobre as alterações que foram produzidas pela colonização (1999, p.203):

Na parte dos rios e dos peixes nós(nos) sentimos prejudicados, porque antigamente existia fartura de peixe,caça,bicho de casco,tracajá,tartaruga.E hoje, com a chegada do pessoal novato, aglomerou muito o número de povos e aquelas coisas não existem mais. Até mesmo os rios que é da natureza, que homem nenhum fez, e que não pode ser vendido, as pessoas que receberam terra embeijando aquele rio querem dominar aquele pedaço. Ali ninguém pesca e nem faz uso daquela água; nem para piquenique ou para tomar banho. Tudo é proibido por aquele que recebeu terra encostado naquele rio.

Desse depoimento, Teixeira extrai três aspectos que analisa: inicialmente, a natureza sendo um imenso reservatório de riquezas e não resultante do trabalho humano, é, necessariamente, um bem inegociável. Em segundo lugar, e como corolário da assertiva anterior, a natureza por dispor de variadas fontes de sobrevivência, necessita do esforço concentrado, com ações coordenadas e sistemáticas, para assegurar sua preservação, por todos, mas, diretamente, por parte daqueles que a ela têm acesso. E, finalmente, conclui que muitas foram utilizadas para apropriação da natureza resultam em prejuízo para seu equilíbrio, além do desaparecimento de grupos ou pessoas que dela dependem para sobreviver.

O modelo econômico que define sua atividade conduz os seringueiros a atribuir toda a importância aos recursos existentes na mata. Esse modelo desde seu início procurou afastá-los da natureza, como em relação ao uso da caça, proibido pelos seringalistas que, embora tal prática tenha, ao longo do tempo, sido pouco a pouco relegada, nunca desapareceu por completo.Ao contrário, as restrições impostas aos seringueiros foram sendo ajustadas aos impactos experimentados pela economia da borracha, sempre sujeita a freqüentes oscilações de valor e preço, obrigando os componentes da cadeia produtiva a não diversificarem seus negócios.

As restrições que eram impostas aos seringueiros visavam, acima de tudo, garantir a especialização do modelo exportador, assegurando que a borracha continuasse sendo explorada como um bem exclusivo. Nesse contexto, destaca-se o fato de que certamente por isso a borracha tenha alcançado significativo valor, durante algum tempo, na pauta brasileira de exportações, apenas atrás do café. A alimentação do seringueiro era assegurada pelo abastecimento diretamente dos barracões, em um típico sistema de crédito, utilizando-se livros de contas-correntes, onde eram assinaladas e descritas todas as retiradas de mantimentos.Como os

seringueiros eram obrigados a consumir o que havia no barracão, ficava, em muito, restrita a alternativa de caça.

Descreve, também, Teixeira (1999, p.204-205) que era por demais discreto o adensamento humano no seringal. Mesmo considerando a transferência de um pequeno exército de trabalhadores para a Amazônia, no período de 1877 a 1912, isso pouco afetou a estrutura da ocupação econômica:

Com relação aos seringais, por exemplo, uma colocação que estivesse instalada numa área de 300 ou 400 hectares (média aproximada dessas unidades) era ocupada por um número reduzido de pessoas – oito ou dez trabalhadores -, às vezes até por um único indivíduo! Isso que dizer que a pressão exercida sobre os recursos (alimentos) existentes na mata – sem falar, é claro, das populações indígenas que lá viviam – era mínima. E ainda que esse consumo pudesse se dar numa escala maior – com a liberação das restrições a que me referi – os seringueiros não teriam como fazê-lo, pois não possuíam locais adequados para armazenar os animais abatidos e não dispunham de suprimentos (armas, munição, etc.) para caçá-los nem produtos (sal) em quantidade suficiente para conservá-los.

O próprio modelo econômico, então, acabou impondo os limites à intervenção dos seringueiros, obrigando-os a (1999:205) “*um certo comedimento em suas iniciativas para apropriar-se da natureza*”.

Aliada ao exercício desse *comedimento*, o seringueiro atuava de forma explicitamente preservacionista quando cumpria os regulamentos de extração e coleta do látex; para tanto, utilizavam os proprietários dos seringais da pessoa de um funcionário, “o fiscal”, que tinha por função orientar e observar o acerto da técnica do corte da árvore, multando o seringueiro, quando fosse o caso de anormalidades. Cita Teixeira (1999:206) o desabafo de um seringueiro da região do Madeira: “*a seringa- dizia – é como um animal que a gente cria: se a gente trata bem da madeira ela dá muito leite*”.

Ao comparar a árvore ao animal, o seringueiro produz duplo significado: atribui uma certa perenidade e atesta a idéia de que o extrativismo pode alcançar bons resultados econômicos.

Quanto à realidade do colono, a história é outra.

Enquanto o seringueiro, de certa forma, podia contar com uma infra-estrutura do barracão, que lhe fornecia um local de morada e uma quota de alimentos, o colono que migrou para Rondônia, ao chegar, viu-se desprovido de qualquer benefício.

Ao analisar a questão sob o enfoque do colono migrante, Teixeira (1999, p.207) destaca duplo aspecto: 1) que a população que se deslocou para Rondônia foi assentada em uma faixa de cerca de 800 km de extensão ao longo da rodovia BR- 364, entre os municípios de Porto Velho e Vilhena; 2) que o crescimento dessa população foi vertiginoso, porquanto 791.751 migrantes chegaram a Rondônia, entre os anos de 1979 e 1987.

Ao chegar, o migrante permanecia na sede do projeto aguardando ser selecionado pelo Instituto Nacional de Colonização Agrícola – INCRA, para, então, receber seu lote.

Nesta fase e, em muitos casos, mesmo quando já estavam em seus lotes, muitos colonos procuravam sobreviver de várias formas: pediam ajuda à quem podia lhes emprestar, ou trabalhavam em serrarias ou oficinas mecânicas, extraindo madeira na mata, ou, quase sempre, empregando-se como diaristas em desmatamentos, para outros mais abastados, ou, simplesmente, que já estavam há mais tempo assentados em seus lotes e em melhores condições de vida.

As condições de sobrevivência do colono, segundo Teixeira (1999, p.209), situavam-se, então: 1) na esfera de uma rede de solidariedade em torno de amigos e parentes, e, 2) na esfera da exploração econômica, segundo relações com a natureza, de onde passa a retirar os meios para sua subsistência. Para tanto, ele articula o desmatamento feito para fixar a residência e abrir o roçado com a extração do látex, quando se estabelece em áreas ainda ocupadas por seringueiros, dando-se conta que pode imitá-los extraindo o látex das madeiras para vendê-lo nas vilas ou cidades; de outro lado, outras atividades passaram a ser exercida pelos colonos, destacando-se a caça e a extração de palmito.

Embora se ignore dados que permitam avaliar a extensão e o valor dessas atividades, deduz-se que contribuíram de certa forma para assegurar a sobrevivência do colono em seu início de vida nas novas terras amazônicas.

De igual modo, e com muito mais importância econômica, logo ao chegar ao seu lote, o colono procurava certificar-se da existência de madeiras nobres, basicamente mogno, cerejeira, cedro, dentre outras. Depois, as árvores eram abatidas e transportadas em toras e embarcadas para as madeireiras vizinhas ou para os estados do Sul e Sudeste.

Teixeira destaca (1999, p.213),então,que “ se o seringueiro recém-chegado pôde assumir com relação à natureza um certo distanciamento, quase restringindo sua ação á exploração da borracha, o colono, ao contrário, viu-se na contingência de explorá-la por inteiro, desnudando-a em toda a sua extensão com a finalidade de obter recursos para a sua sobrevivência”.

Considerações finais

Quando enfatiza o olhar do colono sobre a natureza, Teixeira observa que as práticas que o colono mantém com o novo meio se dão no âmbito da agricultura intensiva em que ele passa a utilizar meios técnicos postos à sua disposição. Na realidade, esse modelo lhe induz ao incremento de sua ação predatória.

A justificativa dessa ação é reforçada pelo depoimento (1999, p.214):

Aqui não se usa machado.É só moto-serra. Eu achava que era um crime a gente fazer aquilo, uma infelicidade...A gente tem dó de derrubar uma árvore(há) tanto tempo

vivendo, por exemplo uma castanheira, dentro de cinco minutos a gente destrói ela. Mas o que a gente vai fazer? A parte desmatada que vai se usar pra lavoura não pode aí deixar a castanheira, (mesmo) porque o fogo passa e ela caba quebrando.

O raciocínio parece percorrer um caminho lógico em que o colono reconhece o uso da tecnologia que destrói o meio ambiente e isso lhe traz algum sofrimento. Mas ele parece conformar-se com a realidade ao justificar a ação praticada, porquanto é preciso derrubar a castanheira para evitar que o fruto - o ouriço – caia e sendo perigoso, possa *até matar*.

A natureza é vista pelo colono, não como sua aliada, pois está longe de sua cultura e constitui um obstáculo a ser vencido.

Para o colono, árvores como a castanheira, o açazeiro, o cupuaçu, o jatobá e tantas outras espécies cujos frutos são muito apreciados pelas populações tradicionais da região amazônica, revestem-se em fator impeditivo ao seu próprio trabalho.

Quando enfatiza o olhar do seringueiro sobre a natureza, Teixeira destaca que os seringueiros constituem um agrupamento originalmente nordestino que estabeleceu uma relação com a natureza de fortes e profundos vínculos, tão somente, em parte, comparáveis com as populações indígenas.

O seringueiro (1999, p.218-219) conhece a mata com detalhes, desde os lugares mais discretos onde sabem encontrar certo tipo de cipó que pode lhe saciar a sede, até outros mais específicos onde sabem haver a caça que lhe dá o alimento.

É com a mata, não com o rio, que o seringueiro articula a sua linguagem e elabora seus pensamentos. A mata, assim, adquire, para ele, o sentido mais amplo, uma categoria mais ampla, correspondendo à própria natureza.

A natureza é, nesse contexto, concebida exterior ao homem. Ela não somente envolve as plantas, os peixes, os animais silvestres e árvores, mas toda uma variedade de coisas e objetos que, transformados pelo homem, fornecem a ela mesma cor e sentido.

Finalmente, precisa ser destacado o fato de que quando colocados lado a lado, o seringueiro e o colono, ocorrem algo emblemático e que reflete as peculiaridades da mata amazônica. Após toda a luta e disputa por terras e passada a fase mais grave da problemática de ocupação em Rondônia, é válido, ao dar por terminada esta análise da obra de Teixeira, questionar-se sobre o contato entre esses dois olhares.

Como se encontram, atualmente, esses personagens: onde estão e o que fazem eles, seringueiros e colonos?

Cemin (1992, p.270) ao expor o papel da floresta no contexto do processo de colonização agrícola em Rondônia, afirma haver um espaço de junção e de transição de fatores físicos e sociais: de uma economia extrativista em relação a uma economia agrícola e da “reconversão” de

extrativistas e de camponeses de regiões mecanizadas em desbravadores de floresta. E mais: ela conclui que esses espaços- de junção e transição – são representados por “ relações de estranhamento, dos homens entre si e com a natureza, e reencontro dos homens com as condições básicas de reprodução social”. E continua “ (...) a floresta constitui-se em um marco de continuidades e descontinuidades, expressas nas relações de estranhamento, que têm seu ponto crítico nos inúmeros processos de perdas; e nas relações de reencontros que viabilizam a continuidade com as possibilidades de reprodução social”.

O colono migrante, de desbravador, constituiu-se em agricultor familiar, produtor de café, cacau e outras culturas agrícolas, além de pecuarista, com pequena criação de gado misto, vendendo para abate e produzindo leite. Buscou, assim, agregar valor às suas atividades, todas voltadas para o mercado.

E o seringueiro, que detinha outro olhar, que se embrenhava nas matas e lá permanecia por muito tempo, virou colono? Onde estará ele?

Reforçando a pergunta: ao identificar a acelerada e contínua perda da importância da economia centrada na atividade no seringueiro, qual o paradeiro do seringueiro, aquela pessoa que apresentava uma relação toda especial com a mata e com ela articulava sua linguagem e elaborava seus pensamentos?

A resposta a esta pergunta está em Silva (2002) que ao descrever a vida extrativista das comunidades ribeirinhas do rio Madeira afirma que a formação étnica do ribeirinho está mesclada por grupos indígenas e pela migração nordestina do primeiro e segundo ciclo da borracha. E mais (2002, p.67): “ Esse migrante nordestino traz o conceito de uma agricultura de subsistência e sua atividade é centrada no extrativismo que poucos puderam praticar e dedicar-se à produção agrícola. O conceito de extrativismo, o da agricultura de subsistência do indígena e do migrante nordestino fundiu-se caracterizando o modo de produzir e de vida do ribeirinho”.

Assim, o seringueiro deixando mais a mata e sua atividade extrativa, fixou-se à beira dos rios e seus afluentes, formando comunidades ribeirinhas. Embora, ainda, continue com seu olhar na mata, seus mitos e valores, ele dirige, também, para o rio o seu olhar, pois é dele que sai o seu sustento. Ele o usa como fonte de alimentos e faz dele o seu meio de transporte. E, assim, vivendo, ampliou seu imaginário: não mais, apenas, a mata e seus mistérios, mas, o rio e seu fascínio.

Referências bibliográficas

CEMIN, Arneide Bandeira. *Colonização e natureza: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia*. Dissertação de mestrado. Curso de Pós – Graduação em Sociologia. Porto Alegre:UFRS,1992;

NENEVÉ, Miguel.(org.). *Olhares sobre a Amazônia -Looking at the Amazon*. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. São Paulo: EDUC,1999.

SANTOS, Nilson. *Seringueiros da Amazônia:sobreviventes da fatura*. Tese de Doutorado.São Paulo: FFLCH/USP,2002;

SILVA, Josué da Costa *et alli*. *O uso do solo de várzea: reflexões sobre cultura e produtividade*. IN: AMARAL, José Januário; CALDAS, F.L.(org.). *Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento* (vol. 2). Porto Velho: Edufro,2002;